

As questões 1 e 2 referem-se ao texto a seguir:

Nasci Antes do Tempo

Tudo que criei e defendi
nunca deu certo.
Nem foi aceito.
E eu perguntava a mim mesma
Por quê?

Quando menina,
ouvia dizer sem entender
quando coisa boa ou ruim
acontecía a alguém:
Fulano nasceu antes do tempo,
Guardei.

Tudo que criei, imaginei e defendi
nunca foi feito.
E eu dizia como ouvia
a moda de consolo:
Nasci antes do tempo.

Alguém me retrucou.
Você nasceria sempre
antes do seu tempo.
Não entendi e disse Amém.

(Vintém de Cobre. Meias Confissões de Aninha. Cora Coralina. p. 38)

1) Infere-se da terceira estrofe do texto apresentado que:

- a) tudo o que é idealizado e refletido intensamente nunca logrará êxito em razão do ambiente instável em que vive o ser humano.
- b) quando se nasce antes do tempo as oportunidades de uma vida melhor se tornam reduzidas.
- c) em algumas situações, como por exemplo, criar ou defender algo, quando não se obtém a eficácia desses atos, não se buscam explicações lógicas, mas o conformismo já implantado na sociedade.
- d) a moda de consolo pode ser entendida como um fator que estimula a produção de novas ideias capazes de transformar, de modo positivo, o ambiente em que o homem, em constante oposição de interesses, convive com os outros seres humanos.

2) O por quê constante da primeira estrofe tem o mesmo significado que:

- a) por qual razão
- b) pelo qual

- c) para que
- d) uma razão

3) Marque a opção que preencha as lacunas do texto com os devidos pronomes oblíquos:

“Não _____ ajudou, nem _____ pediu nada, não _____ julgou e nem _____ condenou por isso”.

- a) o – lhe – lhe – o
- b) o – lhe – o – lhe
- c) lhe – lhe – o – o
- d) o – lhe – o – o

4) Quanto à colocação pronominal no texto:

“O funcionário que se inscrever, fará prova amanhã”.

I - () Ocorre próclise em função do pronome relativo.

II - () Deveria ocorrer ênclise.

III - () A mesóclise é impraticável.

IV - () Tanto a ênclise como a próclise são aceitáveis.

- a) Correta apenas a primeira afirmativa.
- b) São corretas a primeira e a terceira afirmativas.
- c) Apenas a segunda é correta.
- d) Todas estão corretas.

5) Assinale a alternativa que não apresenta erro de pontuação:

- a) Não sei odiar os homens, por mais que deles me desiluda.
- b) Não sei odiar os homens por mais que, deles me desiluda.
- c) Não sei, odiar os homens, por mais que, deles me desiluda.
- d) Não sei odiar, os homens, por mais que deles, me desiluda.

6) Marque a alternativa que contém a abreviatura correta da forma de tratamento correspondente ao título enumerado:

- a) Coronel.....V. Ex^a.
- b) Papa.....V. S^a.
- c) Reitor.....V. Mag^a.
- d) Juiz.....V. Em^a.

7) De acordo com as regras de acentuação, o conjunto de palavras que foi acentuado pela mesma razão é:

- a) céu, já, troféu, baú
- b) herói, já, paraíso, pôde
- c) baía, cafeína, exército, saúde
- d) amiúde, cafeína, graúdo, sanduíche

8) “Nessa rua brincávamos com os vizinhos, corríamos e apertávamos campainha”. O emprego do pretérito imperfeito do indicativo nesses casos

mostra ações que:

- a) ocorreram antes de outras ações passadas.
- b) aconteciam de forma habitual no passado.
- c) foram interrompidas por outras ações.
- d) se passaram na dependência de outras ações.

9) São órgãos do Poder Judiciário, conforme preceitua o disposto no art. 92 da Constituição da República Federativa do Brasil, EXCETO:

- a) o Conselho Nacional de Justiça.
- b) os Tribunais e Juízes Eleitorais.
- c) o Conselho Nacional do Ministério Público.
- d) os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

10) Pertinente às funções essenciais à Justiça, assinale a alternativa correta:

- a) O advogado é dispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.
- b) São princípios institucionais do Ministério Público a irredutibilidade de subsídios, a vitaliciedade, bem como aquele que trata da inamovibilidade de seus membros.
- c) A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe apenas a orientação jurídica, em todos os graus, dos necessitados, nos termos do disposto no art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição da República Federativa do Brasil.
- d) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

11) Acerca da Organização do Poder Judiciário no Estado de Goiás é incorreto afirmar:

- a) A Lei n 9.099, de 26 de setembro de 1995, dispõe sobre Juizados Cíveis e Criminais e dá outras providências. Os processos que tramitam nos Juizados Especiais orientar-se-ão pelos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação. Dentre os princípios, destaca-se o da celeridade e, desse modo, com a finalidade de auxiliar as comarcas que possuem maior volume processual, os Juizados são criados por lei e autorizadas a sua instalação apenas nas comarcas de porte mais elevado, ou seja, nas de entrância intermediária e final.
- b) No Estado de Goiás existem varas comuns e especializadas. E, como exemplo de varas especializadas na Comarca de Goiânia, podem ser citadas a 3ª e 4ª Varas Criminais, com atribuição, respectivamente, de crimes contra a saúde pública e economia popular e 1ª VEP – Vara de execução de penas privativas de liberdade em regime fechado e medidas de segurança.
- c) O Tribunal de Justiça é composto por 36 (trinta e seis) desembargadores, que atuam na Corte Especial, 17 (dezesete) deles, nas Seções e Câmaras

Cíveis e Criminais, bem como em Conselhos, Comissões, Diretoria da Revista Goiana de Jurisprudência e Escola Superior da Magistratura.

d) Na estrutura da Corregedoria Geral da Justiça, podem ser citadas, dentre outras, as seguintes Unidades: Juízes Auxiliares da Corregedoria, Secretaria Executiva, Divisão de Comunicação Social, Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional, Divisão de Gerenciamento dos Sistemas do CNJ.

12) Sobre o Poder Judiciário goiano, marque a alternativa correta:

a) é composto por 129 comarcas, sendo que duas ainda pendentes de instalação, quais sejam, Bom Jardim de Goiás e Britânia.

b) é dividido em três instâncias, a saber: primeira, segunda e terceira, sendo esta última, apenas representada por Goiânia.

c) os magistrados titulares atuam em circunscrições, não englobando os distritos localizados a mais de 45 km.

d) possui em sua estrutura 15 Juizados Especiais instalados em Goiânia, sendo mais da metade deles com atribuição na área criminal.

13) O Direito Administrativo brasileiro não é codificado. Por isso, as funções sistematizadora e unificadora de leis, em outros ramos desempenhadas por códigos, no Direito Administrativo cabem aos princípios. Princípios são regras gerais que a doutrina identifica como condensadoras dos valores fundamentais de um sistema. Tendo como base os princípios constitucionais da Administração Pública, marque a alternativa que evidencia o princípio instituído pela Emenda Constitucional nº 19/98, que foi um dos pilares da Reforma Administrativa, procurando implementar o modelo de administração pública gerencial voltada para um controle de resultados na atuação estatal, apresentando como valores a economicidade, qualidade, rapidez, produtividade e rendimento funcional:

a) finalidade

b) moralidade

c) motivação

d) eficiência

14) Marque a assertiva incorreta acerca das noções de Constituição e Direito Constitucional:

a) O Direito Constitucional pode ser definido como o ramo do Direito Público que expõe, interpreta e sistematiza os princípios e normas fundamentais do Estado. Como esses princípios e normas fundamentais do Estado compõem o conteúdo das constituições, pode-se afirmar que o Direito Constitucional é a ciência positiva das constituições.

b) A Constituição é entendida como a lei fundamental e suprema de um Estado, que contém normas referentes à estruturação do Estado, à formação dos Poderes públicos, à forma de governo e à aquisição do poder de governar, à distribuição de competências, direitos, garantias e deveres dos cidadãos.

c) Os princípios representam valores que inspiram todo o ordenamento jurídico,

possuindo um caráter abstrato, o que os diferenciam das normas. Assim, dentre os princípios fundamentais da Constituição destaca-se o de construir uma sociedade livre, justa e solidária.

d) Segundo o princípio da unidade da Constituição, o texto de uma Constituição deve ser interpretado de forma a evitar contradições entre suas normas, sobretudo entre os princípios constitucionalmente estabelecidos.

15) Sobre a organização dos poderes e o papel do Judiciário na Constituição, assinale a alternativa correta:

a) O Poder Judiciário possui somente funções típicas, não cabendo a ele, como ocorre com os demais poderes, o exercício de qualquer função atípica.

b) Pode-se afirmar que não é possível conceber um Estado de Direito sem um Poder Judiciário independente, responsável não só pela solução definitiva dos conflitos intersubjetivos, mas, talvez, precipuamente, pela garantia da integridade do ordenamento jurídico, mediante a aferição da compatibilidade entre os atos estatais e os comandos vazados na Constituição.

c) São poderes harmônicos e dependentes politicamente entre si, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

d) Como preceitua o parágrafo único do art. 1º da Constituição da República Federativa do Brasil, todo o poder emana do povo, que o exerce somente de forma indireta, por meio de representantes eleitos.

16) Para mover um arquivo de uma pasta para outra, cada pasta em uma unidade (drive) diferente, pode-se arrastar o arquivo com o mouse da pasta de origem para a pasta de destino, mantendo pressionada a tecla

a) Tab.

b) Shift.

c) Ctrl

d) Alt.

17) Dada uma tabela, inserida no Word, composta de 5 colunas e 5 linhas. Para que a primeira linha desta tabela seja uma única célula, que conterá o título da tabela, deve-se:

a) posicionar o cursor na primeira linha e inserir uma nova linha acima.

b) selecionar a primeira célula da tabela e dividir a célula em 1 coluna e 1 linha.

c) selecionar as células da primeira linha e mesclar células.

d) posicionar o cursor na primeira célula e expandir célula em linha.

18) O processo de industrialização da economia brasileira no período de 1900 a 1980 foi consequência direta de vários fatores.

Entre eles NÃO se inclui:

a) Política de substituição de importações do governo brasileiro.

b) Disponibilidade de crédito a longo prazo para os investimentos industriais.

c) Aumento significativo do nível de qualidade na educação da população brasileira.

d) Elaboração e execução de planos de metas para o desenvolvimento de setores básicos (como energia, transporte).

19) Segundo o livro *Direito à Memória e à Verdade*, a partir da década de 1960 houve “(...) a generalização de regimes políticos repressivos em todos os países do Cone Sul: Brasil (1964), Argentina (1966 e 1976), Uruguai (1973), Chile (1973), ao passo que a ditadura de Stroessner, no Paraguai, já remontava à década anterior, 1954. O controle da classe trabalhadora pautou-se por forte coerção sobre os sindicatos, com intervenções diretas e prisão ou assassinato das lideranças. Em quase todos os casos, os partidos políticos preexistentes foram extintos e o parlamento submetido a severas limitações, quando não simplesmente fechado.” Sabendo-se que, segundo essa publicação, o regime militar brasileiro de 1964 – 1985 passou por três fases distintas, considere as afirmações abaixo.

I - A segunda fase iniciou-se em dezembro de 1968, com o decreto do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), desdobrando-se nos chamados anos de chumbo, em que a repressão atingiu seu mais alto grau.

II - A primeira fase foi o Golpe de Estado, em abril de 1964, e a consolidação do novo regime.

III - A terceira fase iniciou-se com a posse do general Ernesto Geisel, em 1974 – ano em que, paradoxalmente, o desaparecimento de opositores se tornou rotina –, iniciando-se, então, uma lenta abertura política, que iria até o fim do período de exceção.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) I, II e III.

20) A Constituição Federal de 1988 pode ser considerada:

- a) imutável.
- b) rígida.
- c) semirrígida.
- d) flexível.

21) O ato jurídico praticado por incapaz será considerado :

- a) nulo, caso a incapacidade seja absoluta e anulável, caso a incapacidade seja relativa.
- b) inexistente em qualquer hipótese.
- c) ineficaz, salvo nas hipóteses expressamente previstas em lei.
- d) anulável, caso a incapacidade seja absoluta e nulo, caso a incapacidade seja relativa.

22) Considere as alternativas e assinale a INCORRETA :

- a) Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

- b) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, não existindo qualquer garantia de direitos ao nascituro.
- c) A capacidade dos índios será regulada por legislação especial.
- d) A menoridade cessa aos 18 (dezoito) anos.

23) A validade do negócio jurídico requer. Assinale a INCORRETA :

- a) Agente capaz.
- b) Objeto lícito, possível, determinado ou determinável.
- c) Forma prescrita ou não defesa em lei.
- d) A assinatura de 02 (duas) testemunhas.

24) São bens móveis. Assinale a INCORRETA :

- a) Os suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.
- b) As energias, desde que não tenham valor econômico.
- c) Os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
- d) Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

25) São considerados defeitos dos negócios jurídicos, EXCETO :

- a) Erro.
- b) Dolo.
- c) Incapacidade de contratar.
- d) Lesão.

26) São relativamente incapazes a certos atos ou à maneira de exercê-los, exceto:

- a) os maiores de 16 e menores de 18 anos;
- b) os que, mesmo por causa transitória não puderem exprimir sua vontade.
- c) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- d) os pródigos.

27) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas, exceto:

- a) as causas cujo valor não exceda a cinquenta vezes o salário mínimo;
- b) as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;
- c) a ação de despejo para uso próprio;
- d) as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I do artigo 3º da Lei 9.099/95.

28) Segundo o Código de Processo Civil, são cabíveis os seguintes recursos, exceto:

- a) apelação.
- b) agravo retido.
- c) carta testemunhável.

d) embargos de divergência em recurso especial e em recurso extraordinário.

29) São sujeitos passivos na execução. Assinale a INCORRETA :

- a) O devedor, reconhecido como tal no título executivo.
- b) O espólio, os herdeiros, os credores e sucessores do devedor.
- c) O fiador judicial.
- d) O responsável tributário, assim definido na legislação própria.

30) De acordo com o Código de Processo Civil, considere que “A” propôs ação de rito comum ordinário em face de “B”. “B” foi citado em 22 de março de 2013 (sexta-feira) e o mandado de citação juntado em 28 de março do mesmo ano, sendo certo que no dia 29 de março não houve expediente forense. Considerando o prazo para contestar, é correto afirmar que, sendo B :

- a) corréu de C, com o mesmo procurador, o prazo para contestar vence em 10 de abril de 2013.
- b) Fazenda Pública, seu prazo vence em 15 de abril de 2013.
- c) pessoa física e único réu do feito, o último dia para B contestar é 13 de abril de 2013.
- d) Fazenda Pública, seu prazo vence em 30 de maio de 2013.

31) Responda a assertiva correta, de acordo com as disposições do Código de Processo Civil.

- a) Quando a intimação é feita pelo correio, o prazo para a parte se manifestar começa a correr do momento da assinatura do aviso de recebimento.
- b) Quando a citação é feita por edital, o prazo para contestar tem início da juntada nos autos do aviso de publicação.
- c) Os prazos para as partes têm início, salvo disposição em contrário, da intimação.
- d) As intimações podem ser feitas pelo correio, mas não poderão ser feitas em cartório.

32) Não havendo preceito legal nem assinatura pelo juiz, o prazo para a prática de ato processual, de acordo com o Código de Processo Civil, a cargo da parte será de :

- a) 48 horas.
- b) 5 dias.
- c) 10 dias.
- d) 15 dias.

33) Assinale a alternativa que apresenta hipótese de recurso de ofício.

- a) Sentença definitiva de absolvição, motivada na inexistência de provas para a condenação.
- b) Decisão absolutória do tribunal do júri.
- c) Sentença que conceder *habeas corpus*.
- d) Sentença que não receber a denúncia ou queixa.

34) Analise as afirmações, segundo as disposições do Código de Processo Penal:

- I. Estendem-se aos escreventes judiciários as regras de suspeição dos juízes.
- II. O juiz não poderá exercer a jurisdição em processo em que ele próprio tiver servido como testemunha.
- III. O juiz dar-se-á por suspeito se for vizinho do réu.

Está correto o contido apenas em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I.

35) No processo penal, caso o magistrado tenha a informação nos autos de que o réu se oculta para não ser encontrado para a citação,

- a) determinará a citação por hora certa.
- b) determinará seja feita a citação por edital.
- c) declarará o réu revel.
- d) determinará a expedição de mandado de prisão preventiva.

36) Estabelece o art. 366 do CPP que o acusado citado por edital que não comparece nem nomeia defensor :

- a) será declarado revel, com conseqüente nomeação de defensor dativo, o qual acompanhará o procedimento até seu final.
- b) será declarado revel, admitindo-se verdadeiros os fatos articulados na denúncia ou queixa.
- c) terá, obrigatoriamente, decretada prisão preventiva em seu desfavor.
- d) terá o processo e o curso do prazo prescricional suspensos.

37) Considere as seguintes assertivas:

- I. o Ministério Público poderá desistir de recurso que haja interposto;
- II. não se admitirá recurso da parte que não tiver interesse na reforma ou modificação da decisão;
- III. salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.

De acordo com o CPP em suas *disposições gerais* sobre os recursos (arts. 574 a 580), é correto apenas o que se afirma em

- a) II.
- b) III.
- c) II e III.
- d) I e III.

38) Assinale a opção incorreta no que se refere à ação penal pública condicionada e à ação penal privada.

- a) O delegado de polícia perderá a disponibilidade da ação penal nos crimes de ação penal privada e nos crimes em que a ação penal pública depender de

requisição do ministro da justiça ou de representação do ofendido.

b) Diante da ocorrência de crimes de ação penal pública condicionada, pode o juiz instaurar a ação penal de ofício, uma vez que esta é de titularidade do ofendido.

c) A intervenção do Ministério Público na ação penal privada se dá na qualidade de fiscal da lei, cabendo-lhe a tarefa de aditar a queixa, para corrigir defeitos ou suprir omissões, e intervir em todos os termos do processo.

d) Nos crimes de ação penal privada, o inquérito policial deve ser iniciado mediante requerimento do ofendido ou de seu representante legal.

39) Dentre as penas possíveis de serem aplicadas aos infratores da lei, expressamente previstas na Constituição da República, de 1988, podem ser enumeradas as seguintes, EXCETO:

a) a perda de bens, concomitante com a privação da liberdade.

b) prestação social alternativa.

c) suspensão ou interdição de direitos.

d) banimento.

40) Analise as assertivas e assinale a alternativa correta :

I – A ação penal no crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil depende de requisição do Ministro da Justiça.

II – A representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia.

III – Caberá ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for proposta no prazo legal.

a) Estão corretas todas as alternativas.

b) Estão erradas todas as alternativas.

c) Estão corretas apenas as alternativas II e III.

d) Estão corretas apenas as alternativas I e III.

41) Analise as afirmações a seguir referentes às características dos crimes de ação penal privada.

I – Neles pode ocorrer o perdão do ofendido.

II – Neles não ocorre a perempção.

III – Dependem de requisição do Ministro da Justiça.

IV – Procedem-se mediante queixa.

V – Após a denúncia, a vítima pode renunciar ao direito de ação.

Todas as afirmações corretas estão na alternativa :

a) I – V

b) I-IV-V

c) III-IV

d) I-IV

42) A ação penal, nos crimes complexos, via de regra será :

a) pública incondicionada.

- b) Pública condicionada.
- c) Privada.
- d) Pública, subsidiária da ação privada.

43) Fulano, capaz e imputável, dirigindo seu veículo com velocidade compatível para a localidade, termina por atropelar um pedestre que, imprudentemente, atravessa a rua. Com base nesse relato, Fulano :

- a) responderá por crime doloso.
- b) responderá por crime culposo.
- c) responderá por crime preterdoloso.
- d) não será responsabilizado pelo crime, pois a vítima deu causa ao acidente.

44) Quem, embora prevendo o resultado, não o aceita como possível esperando sinceramente que não ocorrerá, age com :

- a) dolo eventual.
- b) culpa consciente.
- c) dolo indireto.
- d) dolo específico.

45) São elementos do crime culposo, sem os quais haverá fato atípico :

- a) descumprimento do dever de cuidado, previsibilidade objetiva e resultado involuntário.
- b) conduta voluntária, previsibilidade subjetiva e descumprimento do dever de cuidado.
- c) conduta e resultado voluntários, previsibilidade subjetiva e tipicidade.
- d) negligência, imperícia e imprudência, conduta involuntária e nexos causal.

46) De acordo com o Código de Organização Judiciária de Goiás, o servidor da justiça está sujeito às seguintes penas, exceto:

- a) advertência.
- b) demissão.
- c) prisão simples.
- d) multa.

47) De acordo com o Código de Organização Judiciária de Goiás, incumbe ao escrevente:

- a) a execução de tarefas que lhe forem cometidas pelo titular do cartório em que estiver lotado.
- b) funcionar nas escrivâneas em todos os feitos cíveis ou criminais, por determinação do respectivo escrivão ou do próprio juiz a que estiver subordinado.
- c) em outros cartórios, praticar atos a serem subscritos pelo respectivo titular.
- d) todas as anteriores estão corretas.

48) De acordo com o Código de Organização Judiciária de Goiás, é defeso ao servidor da justiça, exceto:

- a) expressar sua vocação religiosa em serviço.
- b) fazer críticas irreverentes aos magistrados, órgãos do Ministério Público e demais pessoas do juízo, não impedido de manifestar-se em termos respeitosos sobre a impossibilidade, legal ou de fato, de cumprir alguma ordem ou determinação.
- c) influenciar ou tentar influenciar o magistrado sobre decisões ou atos deste, ressalvado o dever de esclarecer-lhe sobre fatos ou circunstâncias existentes nos autos, ou fora deles, e desconhecidos do juiz, os quais possam leva-lo a erro.
- d) fazer pedidos ao magistrado a respeito de processos sujeitos a julgamento.

49) São deveres ou atribuições dos servidores da justiça em geral, além, dos previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado, segundo o Código de Organização Judiciária de Goiás:

- a) residir na sede do seu serviço, não podendo ausentar-se sem licença do seu superior;
- b) não fornecer às partes ou a seus procuradores certidões ou informações que solicitarem, sem prévia autorização judicial.
- c) atender às partes em horário previamente agendado.
- d) realizar, na falta do Juiz e sem necessidade de sua prévia autorização, audiências preliminares do Juizado Especial.

50) De acordo com o Código de Organização Judiciária de Goiás, assinale a alternativa incorreta:

- a) Todos os serviços do foro judicial e extrajudicial ficam sujeitos a correições, pela forma determinada no Regimento.
- b) As correições serão permanentes, ordinárias e extraordinárias.
- c) A cada dois anos, o juiz de direito realizará correição em todos os distritos judiciários de sua comarca, inclusive o da sede.
- d) Nas comarcas com mais de uma Vara, as correições caberão ao Diretor do Fórum.

QUESTÕES SUBJETIVAS :

1) De acordo com o Código Civil, cite ao menos 03 (três) situações em que será cessada a incapacidade civil para os menores de 18 (dezoito) anos. (1,0 ponto).

2) Segundo as disposições do Código Civil essencialmente com relação aos bens públicos, classifique e discorra sobre a natureza do prédio do Fórum da Comarca de Serranópolis-GO. (1,0 ponto).

3) Discorra, apontando as principais semelhanças e diferenças entre carta

precatória, carta rogatória e carta de ordem. (1,0 ponto).

4) Discorra e aponte as diferenças entre termo e ata, bem como entre autos e auto. (1,0 ponto).

5) Discorra sobre as penas alternativas, citando ao menos 03 (três) exemplos. (1,0 ponto)

6) Até qual fase processual poderão o ofendido, ou as pessoas elencadas no artigo 31 do Código de Processo Penal, intervir nas ações penais públicas como assistente do Ministério Público ? (1,0 ponto)

7) Elabore uma Termo de Audiência, com os seguintes dados: (4,0 pontos)

Ação Penal nº 1010.

Autor : Ministério Público do Estado de Goiás.

Réu : Paulo Rossi.

Vítima : Artur Coimbra

Advogado do Réu : Dr. Rui Barbosa.

Vara : Vara Criminal da Comarca de Saramandaia - GO.

Juiz de Direito : Dr. Edson Nascimento.

Escrevente Judiciário : Eder dos Santos.

Testemunhas arroladas pelo Ministério Público :

Félix Machado (intimado)

Gilberto Piazza (intimado)

Clodoaldo da Silva (intimado)

Gerson de Souza (não intimado)

Testemunhas arroladas pela defesa :

Carlos Alberto da Silva (não intimado)

Paulo da Silva Isidoro (intimado)

Tostão Machado (não intimado)

Observação : O acusado, que se encontra preso por força de prisão preventiva, foi denunciado pelo crime tipificado no artigo 121, *caput*, do Código Penal. A instrução criminal seguiu normalmente, sendo que as partes dispensaram as testemunhas não intimadas. As testemunhas intimadas e o interrogatório foram feitas de forma gravada, em mídia digital. De igual forma foram feitas as alegações finais, porém, antes do início dos debates, o advogado de defesa pugnou pela concessão da revogação da prisão preventiva e a concessão de liberdade provisória ao acusado, sendo que quanto a este pedido, requereu que constasse por escrito na Ata, o que foi deferido pelo juiz. O representante ministerial manifestou sobre tal pedido conjuntamente às alegações finais. Ao final, não requerida quaisquer diligências pelas partes, o MM. Juiz determinou a conclusão dos autos para prolação de sentença .